

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
(ANEXO ÚNICO DA PORTARIA NO.84/18-GABIN)

ANEXO ÚNICO

RELAÇÃO DOS ATOS NORMATIVOS RELATIVOS AOS INCENTIVOS E AOS BENEFÍCIOS FISCAIS
OU FINANCEIROS-FISCAIS DE QUE TRATA O INCISO I DO ARTIGO 3º DA LEI COMPLEMENTAR NO. 160/17

APENDICE I - ATOS NORMATIVOS VIGENTES 8 DE AGOSTO DE 2017								
UNIDADE FEDERADA (MA)				DISPOSITIVO ESPECÍFICO	DATA DA PUBLICAÇÃO NO DOE	TERMO INICIAL	TERMO FINAL	OBSERVAÇÕES
ITEM	ATOS	NÚMERO	EMENTA OU ASSUNTO					
1	Lei	7.382	Estabelece normas para a cobrança administrativa da dívida ativa do Estado e dá outras providências.	Art. 2º	25.05.99	25.05.99	X	Parcelamento de crédito tributário inscrito em dívida ativa, reconhecido pelo contribuinte.
2	Lei	7.592	Introduz modificações no inciso IV do parágrafo único do art. 2º, da Lei nº 6.866 de 05 de dezembro de 1996 e acrescenta dispositivos ao art. 3º da Lei nº 6.866 de 05 de dezembro de 1996 e art. 9º da Lei nº 5.594	Art. 3º, XII	21.06.01	21.06.01	X	Saída em hasta pública de veículos usados, apreendidos pelo Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN.

			de 24 de dezembro de 1992, que dispõem sobre as operações relativas ao ICMS e IPVA.					
3	Lei	7.769	Concede diferimento do ICMS nas operações de importação do exterior, realizadas por empresas exportadoras e dá outras providências.	Art. 3º, parágrafo único	16.10.02	16.10.02	X	
4	Lei	7.977	Dispõe sobre diferimento do ICMS para usinas siderúrgicas integradas a serem implantadas no Estado do Maranhão, e dá outras providências.	X	30.09.03	30.09.03	X	Diferimento nas operações e prestações de serviços e nas aquisições internas de insumo, material de embalagem, bens destinados ao ativo permanente, produtos intermediários, energia elétrica, gás natural, combustíveis, serviços de transporte e comunicações do diferencial de alíquota das aquisições destinadas ao ativo permanente, materiais de uso e consumo e nos serviços de transporte de usinas siderúrgicas integradas a serem implantadas no Estado do Maranhão de

								produção de semiacabados e laminados de aço.
5	Lei	8.147	Acrescenta o § 4º ao art. 9º da Lei nº 7.799, de 19 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Sistema Tributário do Estado do Maranhão.	X	15.06.04	15.06.04	X	Crédito Presumido nas saídas internas para fins industriais de amêndoa de babaçu e óleo bruto e refinado derivado de amêndoa de babaçu.
6	Lei	8.147	Acrescenta o § 4º ao art. 9º da Lei nº 7.799, de 19 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Sistema Tributário do Estado do Maranhão.	Art. 9º, § 4º	23.06.04	23.06.04	X	
7	Lei	8.212	Dispõe sobre concessão de crédito presumido relativo ao ICMS, nas saídas de mercadorias produzidas pelas indústrias de esmagamento e processamento de grãos a serem implantadas no Estado do Maranhão	X	04.04.05	04.04.05	X	Crédito presumido para a Indústria de esmagamento (Alterada pela Lei 10.386/15).
8	Lei	8.860	Dispõe sobre a redução de base de cálculo do ICMS na prestação de serviços de	X	13.08.08	13.08.08	X	

			telecomunicações destinada a empresa de call center, e dá outras providências.					
9	Lei	9.094	Dispõe sobre a tributação do ICMS relativamente às operações realizadas por empresa de construção civil, e dá outras providências.	X	21.12.09	21.12.09	X	Concede isenção, crédito presumido e redução de base de cálculo.
10	Lei	9.126	Dispõe sobre tratamento tributário aplicável à agroindústria de avicultura	X	18.03.10	18.03.10	X	Diferimento/Crédito Presumido/ Agricultura
11	Lei	9.436	Dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para contribuinte de ICMS que financiar projeto esportivo.	X	06.07.11	06.07.11	X	Lei de incentivo ao Esporte. Medida Provisória 100 de 06/07/11, alterada pelas Medidas Provisórias 152 de 16/10/13.
12	Lei	9.463	Institui sistemática especial de tributação do ICMS para instalação e operação de usina termelétrica movida a gás natural e de Unidade de Processamento de Gás	X	16.08.11	16.08.11	X	Usina termoelétrica. Medida Provisória 104 de 16/08/11. Alterada pela Lei 10.553/16.

			Natural no Estado do Maranhão, e dá outras providências.					
13	Lei	9.437	Dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para contribuinte de ICMS que financiar projeto cultural.	X	18.08.11	18.08.11	X	Lei de incentivo à Cultura. Alterada pelo Decreto 27.731/11 e 29.781/14. Alterada pela Medida Provisória 151/13 e 254/17.
14	Lei	10.259	Institui o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado do Maranhão - MAIS EMPRESAS, revoga a Lei nº 9.121, de 4 de março de 2010, e dá outras providências.	X	16.06.15	16.06.15	X	Regulamentada pelo Decreto 31.034 de 19/08/15, alterado pelo Decreto 32.672-A de 06/03/17.
15	Lei	10.279	Dispõe sobre a criação do Programa de Estímulo à Cidadania Tributária no Estado do Maranhão (NOTA LEGAL).	X	10.07.15	10.07.15	X	
16	Lei	10.301	Dispõe sobre tratamento tributário aplicável à cadeia produtiva da avicultura.	X	27.08.15	27.08.15	X	Crédito presumido para Avicultura.
17	Lei	10.349	Cria Programa Especial de Desenvolvimento	X	20.10.15	20.10.15	X	Programa Especial de

			para municípios maranhenses que façam parte de Rede Integrada de Desenvolvimento - RIDE, criada por Lei Complementar Federal e, dá outras providências					Desenvolvimento para Rede Integrada de Desenvolvimento-RIDE. Os benefícios consistem naqueles previstos no Programa MAIS EMPRESAS, acrescidos de uma redução de carga tributária para operações realizadas entre municípios integrantes da RIDE. Faz parte, portanto, da matriz do Programa MAIS EMPRESAS.
18	Lei	10.401	Institui, no âmbito do Programa Mais Empresas, o Subprograma Mais Logística de apoio à instalação, expansão e operação de empresas de logística, distribuição e transporte de produtos no Estado do Maranhão e adota outras providências.	X	29.12.15	29.12.15	X	O subprograma Mais Logística integra o programa Mais Empresas, aplicando-lhe no que couber o disposto na Lei nº 10.259/2015 e no seu Regulamento aprovado pelo Decreto nº 31.034/2015.
19	Lei	10.506	Institui, no âmbito do Programa "Minha Casa, Meu Maranhão", o	X	06.09.16	06.09.16	X	Cheque minha casa, Crédito via cheque, Material de construção. Regulamentada

			"Cheque-Minha Casa" e concede incentivo fiscal do ICMS nas operações internas, com mercadorias destinadas às obras vinculadas ao referido programa.					pele Decreto nº 32.198, de 21 de setembro de 2016.
20	Lei	10.504	Institui o Programa Mais Empregos e concede crédito presumido do ICMS na forma que especifica.	X	06.09.16	06.09.16	X	Crédito presumido (Programa Mais Emprego). Regulamentada pelo Decreto nº 32.199, de 21 de setembro de 2016.
21	Lei	10.540	Dispõe sobre antecipação do ICMS nas saídas internas de aves.	Art. 1º, § 2º	15.12.16	15.12.16	X	Redução de carga tributária efetiva.
22	Medida Provisória	231	Institui, no âmbito do Programa Mais Empregos, apoio financeiro às microempresas e empresas de pequeno porte.	X	09.02.17	09.02.17	10.02.18	Regulamentada pelo Decreto nº 32.697/2017. Alterada pela Medida Provisória nº 247/2017.
23	Lei	10.576	Institui o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento dos Centros de Distribuição no Estado do Maranhão.	X	17.04.17	17.04.17	X	Crédito presumido. Programa de Incentivo ao Desenvolvimento dos Centros de Distribuição no Estado do Maranhão. Regulamentada pelo Decreto 33.674/17.

24	Lei	10.597	Institui o diferimento do ICMS para as indústrias de esmagamento e processamento de grãos e suas unidades.	X	12.06.17	12.06.17	X	Crédito presumido para a Indústria esmagadora/processamento de grãos.
25	Lei	10.677	ICMS. Institui tratamento tributário para complexo siderúrgico de produção integrada de aço e derivados, estabelecido no Estado do Maranhão.	X	11.07.17	11.07.17	X	Medida Provisória 240 de 11/07/17. Crédito presumido para o Complexo Siderúrgico de Produção Integrada.
26	Lei	10.676	ICMS. Institui sistemática de tributação para instalação e operação de refinaria de petróleo no Estado do Maranhão, e dá outras providências.	X	11.07.17	11.07.17	X	Medida Provisória 239 de 11/07/17. Crédito presumido para a Refinaria de Petróleo.
27	Lei	10.690	Institui sistemática de tributação, no âmbito do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviço de Transporte	X	11.07.17	11.07.17	X	MEDIDA PROVISÓRIA 238, DE 11 DE JULHO DE 2017 (disciplina a sistemática e as normas gerais aplicadas as operações e prestações de serviço de transporte realizadas por indústria e agroindústria estabelecidas

			Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.					em território maranhense).
28	Lei	10.753	Dispõe sobre a criação do Programa "Maranhão Solidário" e dá outras providências.	X	19.12.17	19.12.17	X	Maranhão solidário. Destinação pelos cidadãos de parcela do ICMS relativo às suas compras para entidades sem fins lucrativos, mediante o Programa Nota Legal.
29	Lei	10.757	Dispõe sobre o Programa Mais Produção e Abastecimento e dá outras providências.	X	19.12.17	19.12.17	X	Programa minha produção e abastecimento.
30	Decreto	11.904	Diferimento nas saídas internas Gado destinado a cria e recria de estabelecimento agropecuário.	X	11.06.91	11.06.91	X	NR pelo inciso XXV do Art. 1º do Anexo 1.3 do RICMS (Decreto 19.714/03). Diferimento nas saídas internas de gado, destinado a cria e recria em estabelecimento de produtores agropecuários registrados no Cadastro de Contribuinte do ICMS (CAD/ICMS).
31	Decreto	13.125	Diferimento nas operações internas a estabelecimento	X	25.06.93	25.06.93	X	NR pelo inciso XXVI do art. 1º do Anexo 1.3 do RICMS (Decreto 19.714/03).

			industrial de madeira em tora.					
32	Decreto	13.225	Diferimento nas operações internas com couros e peles em estado fresco, salmourado ou salgado.	X	09.08.93	09.08.93	X	NR pelo inciso VI do Art. 1º do Anexo 1.3 do RICMS (Decreto 19.714/03). NR pelo Decreto 20.222/03.
33	Decreto	13.457	Diferimento nas saídas internas na primeira operação de Estabelecimento Industrial de Móveis de Madeira.	X	28.10.93	28.10.93	X	NR pelo inciso XXVII do Art. 1º do Anexo 1.3 do RICMS (Decreto 19.714/03). Diferimento nas aquisições interestaduais de máquinas, equipamentos e veículos, inclusive partes e peças, quando destinadas à incorporação ao ativo fixo da indústria de móveis, relativamente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual
34	Decreto	14.158	Dispõe sobre o diferimento parcial do ICMS nas saídas internas de sabão em barra, nas condições que indica.	X	21.09.94	21.09.94	X	NR pelo inciso X do Art. 1º do Anexo 1.3 do RICMS (Decreto 19.714/03). Diferimento na primeira operação do estabelecimento industrial – correspondente a 29,41% (Sabão em Barra).
35	Decreto	14.470	Dispõe sobre o diferimento do ICMS	X	02.03.95	02.03.95	X	NR pelo inciso XI do Art. 1º do Anexo 1.3 do RICMS (Decreto

			incidente sobre energia elétrica, fornecida mediante Contrato de Reserva de Potência e Fornecimento, não utilizada pela empresa contratante e dá outras providências.					19.714/03). Diferimento nas operações e prestações internas quando contratada mediante “Contrato de Reserva de Potência e Fornecimento”, na parcela da demanda não utilizada pela empresa contratante (Energia Elétrica).
36	Decreto	14.690	Diferimento nas operações internas quando destinados a estabelecimento industrial credenciado de arroz em casca de amêndoa de tucum; algodão com rama; amendoim com casca; castanha de caju “in natura”; cacau em amêndoa; caroço de mamona; feijão; malva e milho em grão, e nas operações internas destinadas a industrialização de cana de açúcar, mandioca e coco babaçu in natura, frutas	X	09.08.95	09.08.95	X	NR pelo inciso VII do Art. 1º do Anexo 1.3 e pelo inciso II do art. 1º do Anexo 1.3 do RICMS (Decreto 19.714/03).

			frescas,					
37	Decreto	14.870	Introduz modificações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 14.744, de 29 de setembro de 1995 e dá outras providências.	X	27.12.95	27.12.95	X	NR pelo inciso IV do Art. 1º do Anexo 1.4 do RICMS (Decreto 19.714/03). Redução de Base de Cálculo em 58,83% nas operações internas com abóbora, abobrinha, acelga, agrião, aipim, aipo, alface, almeirão, alcachofra, araruta, alecrim, arruda, alfavaca, alfazema, aneto, anis, azedim, aspargo; batata, batata doce, berinjela, bertalha, beterraba, bróculos, brotos vegetais, repolho chinês e demais folhas usadas na alimentação humana; camomila, cará, cardo, catalonha, cebola, cebolinha, cenoura, chicória, chuchu, coentro, couves, couve-flor, cogumelo, cominho, cacateira, cambuquira; erva-cidreira, erva-doce, erva-de-santa-maria, ervilha, espinafre, escarola, endívia; gengibre, gobo, hortelã, inhame, jiló, losna; milho verde,

								manjeriçã, manjerona, maxixe, moranga, macaxeira, mostarda; nabo e nabiça; palmito, pepino, pimentão, pimenta; quiabo, repolho, rabanete, rúcula, raiz-forte, ruibarbo, salsa, salsão, segurelha e taioba, tampala, tomate, tomilho e vagem.
38	Decreto	15.115	Dá nova redação ao art. 51 do RICMS, aprovado pelo Decreto no 14.744, de 29 de setembro de 1995.	X	28.06.96	28.06.96	X	NR pelo inciso VII do Art. 1º do Anexo 1.5 do RICMS (Decreto 19.714/03). Crédito presumido nas operações internas com frangos e ovos pelas empresas enquadradas no CAE Nº. 0155-5.
39	Decreto	15.163	Concede diferimento do ICMS nas operações internas e de importação do exterior de algodão em pluma, quando destinado ao processo de industrialização.	X	01.08.96	01.08.96	X	NR pelo inciso V do art. 1º do Anexo 1.3 do RICMS (Decreto 19.714/03).
40	Decreto	15.212	Dá nova redação aos §§ 1º e 2º do art. 3º do Decreto no 15.154, de 24 de julho de 1996, revoga o art. 3º do	X	22.08.96	22.08.96	X	NR pelo Art. 4º do Anexo 1.5 (alterado pelo Decreto 21.302/05). Crédito presumido do imposto nas operações internas com gado suíno vivo

			Decreto no 14.923, de 08 de fevereiro de 1996, introduz alterações e acrescenta dispositivos ao Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 14.744, de 29 de setembro de 1995.					ou abatido, realizado pelos estabelecimentos enquadrados no CNAE 0144-9/00 (Gado Suíno e produtos comestíveis de sua matança). Alterado pelo Decreto 33.571/17.
41	Decreto	15.229	Dá nova redação ao inciso XI, do art. 13 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 14.744, de 29 de setembro de 1995.	X	04.09.96	04.09.96	X	Diferimento nas operações internas quando destinados ao processo siderúrgico de carvão vegetal. NR pelo inciso VIII do art. 1º do Anexo 1.3 do RICMS (Decreto 19.714/03).
42	Decreto	15.396	Altera dispositivos do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto no 14.744, de 29 de setembro de 1995 e dá outras providências.	X	04.02.97	04.02.97	X	NR inciso XV do Art. 1º do Anexo 1.3 do RICMS (Decreto 19.714/03). Diferimento nas operações de importação de aparelhos, máquinas, equipamentos e instrumentos médico hospitalares, radiológicos ou técnico-científicos laboratoriais sem similar nacional destinados ao ativo fixo (Hospitais, Laboratórios, Clínicas, Bancos de Sangue e Estabelecimentos

								congêneres).
43	Decreto	16.054	Acrescenta alínea d ao § 2.º do art. 13 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto 14.744, de 29 de setembro de 1995.	X	29.12.97	29.12.97	X	NR pelo inciso XVI do Art. 1º do Anexo 1.3 do RICMS (Decreto 19.714/03). Diferimento na importação do exterior de máquinas e equipamentos sem similar nacional para o ativo fixo e no desembaraço aduaneiro em território maranhense de empresa da indústria têxtil.
44	Decreto	16.064	Dá nova redação ao art. 51 do Regulamento do ICMS aprovado pelo Decreto 14.744, de 29 de setembro de 1995, e dá outras providências. Crédito Presumido na saída interestadual de pimenta do reino.	X	09.01.98	09.01.98	X	NR pelo inciso VI do art. 1º do Anexo 1.5 do RICMS (Decreto 19.714/03).
45	Decreto	16.275	Acrescenta o inciso XIII ao art. 13 do RICMS, aprovado pelo Decreto n.º 14.744, de 29 de setembro de 1995.	X	03.06.98	03.06.98	X	Diferimento nas operações internas de comercialização ou industrialização de arroz em casca – observado o limite de 10 sacas de 60 Kg, transportado pelo próprio produtor.

46	Decreto	16.336	Acrescenta a alínea "e" ao § 2.º do art. 13 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 14.744, de 29 de setembro de 1995.	X	11.08.98	11.08.98	X	NR pelo inciso XVII do Art. 1º do Anexo 1.3 do RICMS (Decreto 19.714/03). Diferimento na importação do exterior de máquinas e equipamentos sem similar nacional para integrar o ativo fixo de empresas das indústrias maranhenses dos grupos de atividades 3.00 e 4.00 e seus subgrupos 36.01 e 36.02 (indústria coureira), quando do desembaraço aduaneiro em território maranhense.
47	Decreto	16.380	Acrescenta o inciso XIII ao art. 13 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 14.744, de 29 de setembro de 1995. Diferimento nas operações internas realizadas por produtor rural de rudimentar organização, destinados a mercadinhos e supermercados – CAE	X	19.08.98	19.08.98	X	NR pelo inciso XIII do art. 1º do Anexo 1.3 do RICMS (Decreto 19.714/03).

			8.03.00 de cheiro verde, joão-gomes e vinagreira.					
48	Decreto	16.757	Restabelece os arts. 852 a 865 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 14.744, de 29 de setembro de 1995, que dispõe sobre o Regime de Substituição Tributária para estabelecimentos atacadistas de produtos farmacêuticos, com a redação que indica e dá outras providências.	X	31.03.99	31.03.99	X	NR pelo art. 1º, § 3º e art. 2º do Anexo 4.24 do RICMS (Decreto 19.714/03 alterado pelo Decreto 33.117/2017). Estabelecimento importador ou industrial fabricante remetentes de produtos farmacêuticos ficam dispensados de efetuar a retenção na fonte prevista no Convênio 76/94 quando os produtos forem destinados a contribuintes maranhenses (Substituição tributária - Margem de valor agregado no percentual de 42,85% ao Comércio Atacadista de Produtos Farmacêuticos - CAE 7.26.01 a 7.26.06).
49	Decreto	16.947	Diferimento nas operações internas destinadas a industrialização e Redução de Base de Cálculo nas saídas	X	16.09.99	16.09.99	X	NR pelo inciso III do Art. 1º do Anexo 1.3 do RICMS (Decreto 19.714/03) e pelo inciso X do Art. 1º do Anexo 1.4 do RICMS (Decreto 19.714/03).

			internas.				
50	Decreto	17.881	Restabelece o inciso IX do art. 51 do Regulamento do ICMS aprovado pelo Decreto nº 14.744, de 29 de setembro de 1995.	X	23.04.01	23.04.01	X NR pelo inciso VIII do Art. 1º do Anexo 1.5 do RICMS (Decreto 19.714/03). Crédito Presumido nas operações internas com café torrado e moído de Indústrias de Transformação de Café – CAE 3.08.01.
51	Decreto	18.153	Difere o lançamento e o pagamento do ICMS nas operações internas com gravações em vinil, CD ou DVD nas produções relativas à cultura popular maranhense.	X	11.09.01	11.09.01	X Diferimento nas operações internas e cuja prensagem não exceda o limite de 1.000 cópias de Gravações em vinil, CD ou DVD de produções da cultura popular maranhense realizadas por grupos de bumba-meu-boi, tambor de crioula, cacuriá e quadrilhas.
52	Decreto	18.232	Dá nova redação ao parágrafo único do art. 548 do Regulamento do ICMS, que dispõe sobre a carga tributária nas operações com gado bovino e bufalino e dá outras providências.	X	16.10.01	16.10.01	X NR pelo Art. 3º e seu parágrafo único do Anexo 4.4 do RICMS (Decreto 19.714/03). Alterado pelo Decreto 26.288/2010. Redução de base de cálculo, nas entradas neste Estado e nas saídas internas (Substituição Tributária), de gado bovino ou bubalino e produtos comestíveis de sua

								matança. Alterado pelo Decreto 33.133/17, que modificou o Anexo 4.4 do RICMS.
53	Decreto	18.450	Dá nova redação aos dispositivos que indica do Decreto nº 16.736/99, de 26 de fevereiro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.325, de 15 de dezembro de 1998, que dispõe sobre o regime tributário das microempresas e empresas de pequeno porte maranhense e dá outras providências.	X	19.12.01	19.12.01	X	Decreto nº 16.736 de 26/02/99 que dispõe sobre o regime tributário das microempresas e empresas de pequeno porte maranhense. NR pelo Art. 3º do Anexo 8.1 do RICMS (Decreto 19.714/03).
54	Decreto	18.472	Dá nova redação ao caput do art. 1º do Decreto nº 18.280, de 30 de outubro de 2001, que concede diferimento do lançamento e pagamento do ICMS as operações de importação do exterior de máquinas e equipamentos sem	X	28.01.02	28.01.02	X	NR pelo inciso XXII do Art. 1º do Anexo 1.3 do RICMS (Decreto 19.714/03). Diferimento nas importações do exterior de Equipamentos, Máquinas, suas peças e partes para integrar o ativo fixo para as Indústrias fabricantes de cervejas e refrigerantes instaladas no interior do Estado do Maranhão.

			similar nacional, por empresa industrial maranhense, nas condições que indica.					
55	Decreto	18.715	Concede diferimento do lançamento e pagamento do ICMS, a empresa industrial maranhense, nas operações que indica.	X	17.06.02	17.06.02	X	NR pelo inciso XXIII do Art. 1º do Anexo 1.3 do RICMS (Decreto 19.714/03). Diferimento nas importações de matéria prima, material de embalagem e intermediário, óleo e gás, mercadorias para revenda e promocionais; nas entradas de açúcar líquido, açúcar cristal e produtos primários de fornecedores do MA e na entrada de insumos e matéria prima de fornecedores instalados ou que venham a se instalar no MA (Indústrias fabricantes de cervejas e refrigerantes instaladas no interior do Maranhão).
56	Decreto	18.741	Concede diferimento do lançamento e pagamento do ICMS, nas operações de importação do exterior de máquinas e	X	27.06.02	27.06.02	X	Equipamentos sem similar nacional destinadas ao ativo imobilizado (desembaraço aduaneiro em território maranhense) de madeiras e indústrias de móveis de

			equipamentos sem similar nacional, nas operações de importação realizadas pelos estabelecimentos que indica.					madeiras.
57	Decreto	18.752	Dá nova redação à alínea "b", do inciso VII, do art. 13 do Regulamento do ICMS, que dispõe sobre diferimento do lançamento e pagamento do ICMS nas operações internas com energia elétrica aos estabelecimentos que indica e dá outras providências.	X	27.06.02	27.06.02	X	NR pelo inciso XI, alínea "b" do Art. 1º do Anexo 1.3 do RICMS (Decreto 19.714/03). Diferimento nas operações internas com energia elétrica de estabelecimento industrial eletrointensivo, exportador de alumínio e alumina.
58	Decreto	18.809	Difere o lançamento e o pagamento do ICMS nas operações internas com gravações em vinil, CD ou DVD das produções musicais relativas ao repertório cívico-cultural maranhense.	X	17.07.02	17.07.02	X	NR pelo inciso XVIII do art. 1º do Anexo 1.3 do RICMS (Decreto 19.714/03).
59	Decreto	18.898	Dispõe sobre a utilização	X	19.08.02	19.08.02	X	NR pelo Anexo 1.7 do RICMS (Decreto 19.714/03). NR pelo

			transferência dos saldos credores acumulados do ICMS pelas empresas exportadoras.					Decreto 19.042/02; Suspensão pelo Decreto 20.060/03; Revogação pelo Decreto 21.875/06; NR pelos Decretos 22.435/06 e 22.551/06; NR pelos Decretos 22887/06, 22888/06 e 8616/07.
60	Decreto	18.897	Acrescenta alíneas ao inciso VII, do art. 13 do Regulamento do ICMS, que dispõe sobre diferimento do lançamento e Pagamento do ICMS nas operações internas com energia elétrica aos estabelecimentos que indica	X	19.08.02	19.08.02	X	NR pelo inciso XI alínea “d” do Art. 1º do Anexo 1.3 e pelo inciso XI alínea “e” do Art. 1º do Anexo 1.3 do RICMS (Decreto 19.714/03). Diferimento nas operações internas com energia elétrica de empresas exportadoras, enquadradas no CAE 4.38.06 Indústria de Madeira, e estabelecimento industrial exportador de ferro gusa.
61	Decreto	18.935	Acrescenta o inciso LXXXVIII ao art. 9º do Regulamento do ICMS, que dispõe sobre isenção do imposto nas transferências interestaduais de bens das empresas que indica, e dá outras	X	06.09.02	06.09.02	X	NR pelo Art. LXXIII do Anexo 1.1 do RICMS (Decreto 19.714/03). Isenção na transferência de bens do ativo fixo e de uso e consumo nas operações interestaduais de Empresas Exportadoras detentoras de créditos

			providências.					acumulados.
62	Decreto	19.714	Diferimento nas prestações internas de Serviços de Transporte de Petróleo e seus derivados nas etapas anteriores a distribuição.	X	04.08.03	04.08.03	X	NR pelo inciso XIX do art. 1º do Anexo 1.3 do RICMS (Decreto 19.714/03).
63	Decreto	20.061	Dá nova redação ao caput do inciso XII do art. 1º do Anexo 1.5 do Anexo 1.0 do Regulamento do ICMS, que dispõe sobre a concessão de crédito presumido aos estabelecimentos atacadistas.	X	14.11.03	14.11.03	X	Prorrogado pelo Decreto 20.969/04 e pelo Decreto 26.254/09. NR pelo inciso XII do art. 1º do Anexo 1.5 do RICMS (Decreto 19.714/03).
64	Decreto	20.222	Acrescenta dispositivo que dispõe sobre regime de antecipação do imposto ao Regulamento do ICMS e dá outras providências.	X	31.12.03	31.12.03	X	NR pelo inciso XXVIII do Art. 1º do Anexo 1.3 do RICMS (Decreto 19.714/03). Diferimento nas operações internas com sucata.
65	Decreto	24.427	Acrescenta dispositivo ao RICMS/03, que concede isenção do ICMS no recebimento	X	14.08.08	14.08.08	X	NR pelo Art. 11 do Anexo 1.1 do RICMS (Decreto 19.714/03). Isenção do diferencial de alíquota nas

			de mercadorias pela CAEMA, e dá outras providências.					entradas de bens do ativo fixo ou uso e consumo (CAEMA – Companhia de Águas e Esgoto do Maranhão).
66	Decreto	24.630	Acrescenta dispositivos ao Anexo 1.2 e ao Anexo 1.4 do RICMS/03, que dispõem sobre isenção e redução de base de cálculo do ICMS em operação com bens ou mercadorias destinadas às atividades de pesquisa, exploração ou produção de petróleo e gás natural.	X	09.10.08	09.10.08	X	Alterado pelo Decreto 25.145 de 12.03.09 (DOE 12.03.098). Renomeia dispositivo do Decreto 24.630/08, que dispõe sobre a redução da base de cálculo do imposto (O art. 14 acrescentado ao Anexo 1.4 do Regulamento do ICMS/03, pelo Decreto nº 24.630, de 3 de outubro de 2008, fica renomeado para art. 12, com a sua redação original. “Redução da base de cálculo do ICMS incidente no momento do desembaraço aduaneiro de bens ou mercadorias classificados nos códigos da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias/Sistema Harmonizado (NBM/SH) constantes do Anexo Único deste Decreto, importados sob o amparo do Regime

								Aduaneiro Especial de Admissão Temporária, para aplicação nas instalações de produção de petróleo e gás natural, nos termos das normas federais específicas que regulamentam o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e de Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural -REPETRO, disciplinado no Capítulo XI do Decreto federal 4543/02, de forma que a carga tributária seja equivalente a 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) em regime não-cumulativo ou, alternativamente, a critério do contribuinte, a 3% (três inteiros por cento), sem apropriação do crédito correspondente.
67	Decreto	24.630	Acrescenta dispositivos ao Anexo 1.2 e ao Anexo 1.4 do RICMS/03, que dispõem sobre isenção	X	09.10.08	09.10.08	X	Alterado pelo Decreto 25.145 de 12.03.09 (DOE 12.03.098). Renomeia dispositivo do Decreto 24.630/08, que dispõe sobre a redução da

			e redução de base de cálculo do ICMS em operação com bens ou mercadorias destinadas às atividades de pesquisa, exploração ou produção de petróleo e gás natural.				<p>base de cálculo do imposto (O art. 14 acrescentado ao Anexo 1.4 do Regulamento do ICMS/03, pelo Decreto nº 24.630, de 3 de outubro de 2008, fica renomeado para art. 12, com a sua redação original.</p> <p>“Redução da base de cálculo do ICMS incidente no momento do desembarço aduaneiro de bens ou mercadorias classificados nos códigos da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias/Sistema Harmonizado (NBM/SH) constantes do Anexo Único deste Decreto, importados sob o amparo do Regime Aduaneiro Especial de Admissão Temporária, para aplicação nas instalações de produção de petróleo e gás natural, nos termos das normas federais específicas que regulamentam o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e de Importação</p>
--	--	--	--	--	--	--	---

								de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural -REPETRO, disciplinado no Capítulo XI do Decreto federal 4543/02, de forma que a carga tributária seja equivalente a 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) em regime não-cumulativo ou, alternativamente, a critério do contribuinte, a 3% (três inteiros por cento), sem apropriação do crédito correspondente.
68	Decreto	26.301/10	Diferimento nas operações internas destinadas a industrialização nas aquisições de insumos, matéria-prima, material de embalagem, produtos intermediários, excetos os produtos da ST.	X	10.03.10	10.03.10	X	NR do inciso IV do art. 1º do Anexo 1.3 do RICMS (Decreto 19.714/03). Decreto 26.696/10 (inclui extrato seco e quercetina crua seca de fava d'anta e de uncária no rol de produtos beneficiados pelo diferimento do imposto). Altera dispositivo do Anexo 1.3 (Do Diferimento do Lançamento e Pagamento do ICMS nas Operações Internas) do RICMS (Decreto 19.714/03).

69	Decreto	30.680	Altera o anexo 1.4 do Regulamento do ICMS aprovado pelo Decreto 9.714, de 10 de julho de 2003.	X	19.03.15	19.03.15	X	Redução do ICMS para Querosene de Aviação (QAV).
70	Decreto	30.702	Altera o anexo 1.4 do Regulamento do ICMS aprovado pelo Decreto 9.714, de 10 de julho de 2003.	X	06.04.15	06.04.15	X	Redução do ICMS combustível ônibus metropolitano. Alterado pelo Decreto 32.579/16.
71	Decreto	30.879	Altera o anexo 1.4 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 19.714, de 10 de julho de 2014 e o inciso LXXII, do art. 1º do Anexo 1.1, do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto 19.714, de 10 de julho de 2014.	X	18.06.15	18.06.15	X	Redução do ICMS Combustível para Ferry-Boat.
72	Decreto	31.133	Altera o Anexo 4.4 do RICMS/2003 que trata da substituição tributária nas operações com carne bovina, bubalina e subprodutos; gado bovino e bubalino.	X	21.09.15	21.09.15	X	Redução de carga tributária nas saídas internas e interestaduais. Alterado pelo Decreto 31.479/16.

73	Decreto	31.287	Altera dispositivos do Anexo 1.5 do RICMS/03, que tratam do crédito presumido do imposto para atacadista.	X	09.11.15	09.11.15	X	Crédito presumido para o comércio atacadista de modo que a carga tributária em operações internas fosse 2%. (Programa Mais Atacadistas).
74	RESOLUÇÃO ADM	009/17	Prorroga prazos referentes à concessão de benefícios fiscais de que tratam o Anexo 1.2 (Isenção por Tempo Determinado), Anexo 1.3 (Do Diferimento), Anexo 1.4 (Redução da Base de Cálculo), Anexo 1.5 (Do Crédito Presumido), Anexo 36 (Operações com partes e peças substituídas em garantia por empresa da aeronáutica) e o Artigo 486 (Isenção nas saídas de automóveis de passageiros para utilização como Táxi), do RICMS/03 (Decreto 19.714/03).	X	29.08.17	29.08.17	X	Prorroga prazos referentes à concessão de benefícios fiscais.
			Altera o art. 5º do Anexo 1.5 do	X	11.03.16	11.03.16	X	Concede crédito presumido do imposto, mediante opção

75	Decreto	31.534	RICMS/2003, que concede crédito presumido nas operações com laticínios.					do contribuinte, no percentual equivalente, de tal forma que a carga tributária seja de 2% (dois por cento) nas saídas internas e interestaduais das mercadorias produzidas pela indústria de laticínios estabelecida no território maranhense.
76	Decreto	32.196	Institui tratamento tributário simplificado e diferenciado ao agricultor familiar e suas organizações.	X	22.09.16	22.09.16	X	Concede isenção, diferimento e crédito presumido.
77	RESOLUÇÃO ADM	04/17	Altera dispositivo do Anexo 1.4 do RICMS/03, que autoriza o Estado do Maranhão a reduzir a base de cálculo do ICMS em operações realizadas pelos contribuintes que indica para implantação do Terminal de Grãos do Maranhão - TEGRAM e de linhas de transmissão de energia elétrica de alta tensão.	X	31.03.17	31.03.17	X	Prorrogação de Redução de base de cálculo do ICMS em operações realizadas pelos contribuintes. Implantação do Terminal de Grãos do Maranhão - TEGRAM e de linhas de transmissão de energia elétrica de alta tensão.

APENDICE II - ATOS NORMATIVOS NÃO VIGENTES EM 8 DE AGOSTO DE 2017

UNIDADE FEDERADA (MA)								DISPOSITIVO ESPECÍFICO	DATA DA PUBLICAÇÃO NO DOE	TERMO INICIAL	TERMO FINAL	OBSERVAÇÕES
ITEM	ATO	NÚMERO	EMENTA OU ASSUNTO									
1	Lei	6.429	Cria o Sistema de Apoio Indústria e ao Comércio Exterior do Estado do Maranhão - SINCOEX e dá outras providências.	X	26.09.95	26.09.95	05.03.10	Regulamentado pelo Decreto 16.731/99 (Regulamento Interno); Alterada pela Lei 7.594/01. Revogada pela Lei 9.121/10.				
2	Lei	6.900	Altera dispositivos da Lei n.º 6.866, de 05 de dezembro de 1996 e dá outras providências.	Art. 4º, § 3º e Art. 4º, § 4º	26.03.97	26.03.97	26.12.02	Autoriza o Poder Executivo, por decreto, a conceder os incentivos e benefícios, desde que existentes em outra unidade da Federação e de interesse ao desenvolvimento do setor econômico deste Estado. Concede crédito presumido do imposto, o				

								percentual equivalente, de forma que a carga tributária resulte nula: I - nas saídas internas de amêndoa de babaçu para fins industriais; II - nas saídas de óleo bruto e refinado derivados da amêndoa de babaçu para fins industriais. Revogada pela Lei 7.799/02.
3	Lei	6.904	Define Empresa de Pequeno Porte, estabelece tratamento diferenciado e dá outras providências.	Art. 4º	31.03.97	31.03.97	22.11.98	Revogada Lei 7.325/98
4	Lei	7.027	Autoriza o Poder Executivo a dispensar crédito tributário na forma que indica, introduz alterações no Código Tributário do Estado (Lei n.º 3.875/77) e dá outras providências.	X	03.12.97	03.12.97	26.12.02	Alterada pela Lei 7.157/98. Revogada pela Lei 7.799/02.
5	Lei	7.325	Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e empresas de pequeno porte maranhenses e dá outras providências.	Art. 3º	22.11.98	22.11.98	04.07.07	Alteradas pelas 7.383/99, 7.566/00, 7.516/00, 7.607/01, 7.727/02 e 8.084/04. Lei de 8.632/07 (Adesão do Estado do Maranhão ao

								Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).
6	Lei	7.938	Institui o Programa de Recuperação Fiscal Maranhense - REFIM e dispõe sobre o parcelamento de débitos fiscais, oriundos do ICMS, junto a Gerência de Estado da Receita Estadual.	X	04.08.03	04.08.03	29.08.03	
7	Lei	7.938	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 7.938, de 30 de julho de 2003, que institui o Programa de Recuperação Fiscal Maranhense - REFIM e dispõe sobre o parcelamento de débitos fiscais, oriundos do ICMS, junto a Gerência de Estado da Receita Estadual.	X	30.09.03	30.09.03	31.10.03	

8	Lei	8.271	Dispõe sobre o parcelamento de débitos fiscais decorrentes da falta de recolhimento do ICM e ICMS, e dá outras providências.	X	06.07.05	06.07.05	31.03.06	Alterda pelas Leis 8.308/05 e 8.358/05
9	Lei	8.616	Dispõe sobre a utilização e transferência dos saldos credores acumulados do ICMS em decorrência de operações de exportação de mercadorias, de que trata o § 2º do art. 21 da Lei Complementar Federal nº 87, de 13 de setembro de 1996, e dá outras providências.	X	08.06.07	08.06.07	14.07.16	NR pela Lei 8.879/08 e pela Lei 8.953/09; Revogação pela Lei 10.489, de 14.07.2016.
10	Lei	8.871	Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.799, de 19 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Sistema Tributário do Estado do Maranhão.	art. 9º-A	05.09.08	05.09.08	31.08.09	Crédito presumido do imposto nas operações de saída interestadual de biodiesel fabricado por estabelecimentos industriais localizados no Estado do Maranhão, de forma que a carga tributária resultante seja nula.

								Alterada pelas Leis 8.905/08 e Lei 8.878/08
11	Lei	9.095	Altera dispositivo da Lei nº 7.799, de 19 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Sistema Tributário do Estado do Maranhão.	Art. 9-A	21.12.09	01.09.09	31.03.10	Fica concedido, até 31 de março de 2010, crédito presumido do imposto nas operações de saídas internas e interestaduais de biodiesel fabricado por estabelecimentos industriais localizados no Estado do Maranhão, de forma que a carga tributária resultante seja nula.
12	Lei	9.027	Institui sistemática de tributação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, para instalação e operação de refinaria de petróleo no Estado do Maranhão, e dá outras providências.	X	30.09.09	30.09.09	11.07.17	Revogada pela Medida Provisória 239/17.
	Lei	9.121	Cria o Programa de	X	05.03.10	05.03.10	16.06.15	Alterada pelas Leis 9.207/10,

13			Incentivo às Atividades Industriais e Tecnológicas no Estado do Maranhão (PROMARANHÃO).					9.391/11, 9.527/11 e 10.141/14; Revogação pela Lei 10.259/15.
14	Lei	9.120	Institui o Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Maranhão.	X	01.03.10	01.03.10	10.07.15	Alterada pelas Leis 9.379/11 e 9.521/11.
15	Lei	9.379	Altera as Leis nºs 7.799, de 19 de dezembro de 2002, 8.948, de 15 de abril de 2009 e 9.120, de 23 de fevereiro de 2010 e dá outras providências.	X	11.04.11	11.04.11	29.03.17	Medida Provisória 091, de 11/04/11, que acrescentou o § 7º ao Art. 9º da Lei 7.799/02, autorizando a concessão de benefícios fiscais mediante regime especial pelo Secretário de Estado da Fazenda em proteção ao desenvolvimento socioeconômico do Estado. Revogado pela Lei 10.573/17.
16	Decreto	14.744	Diferimento nas operações internas anteriores à sua distribuição na entrada no estabelecimento destinatário de Combustíveis e Lubrificantes Líquidos e	X	29.09.95	29.09.95	04.08.03	NR pelo inciso XII do art. 1º do Anexo 1.3 do RICMS (Decreto 19.714/03); Revogação pelo Decreto 19.714/03.

			Gasosos.					
17	Decreto	16.731	Aprova e consolida o Regulamento do Sistema de Apoio à Indústria e ao Comércio Exterior do Estado do Maranhão SINCOEX e dá outras providências.	X	24.02.99	24.02.99	16.06.15	Anexo 8.2 do RICMS (Decreto 19.714/03) REVOGADO pela Lei 9.121/10. Nas operações internacionais de importação com financiamentos de até 9% do valor das saídas das mercadorias tributadas do estabelecimento importador de empresa especializada em comércio exterior.
18	Decreto	18.332	Concede diferimento do lançamento e pagamento do ICMS nas operações de importação do exterior de produtos, promovidas por empresa importadora maranhense integrante do SINCOEX, e dá outras providências.	X	21.11.01	21.11.01	16.06.15	REVOGADO pela Lei 9.121/10. Diferimento nas operações de importação do exterior desde que o desembaraço aduaneiro ocorra em território maranhense e crédito presumido nas operações internas de saída 6% nas operações interestaduais de saída 1%.
19	RESOLUÇÃO ADM	07/15	Autoriza a reativação de parcelamento de créditos tributários, nas condições que especifica.	X	03.06.15	03.06.15	30.06.15	Autoriza, em caráter excepcional e mantidas as condições pactuadas originalmente, a reativação de parcelamentos de créditos

									tributários que foram cancelados por inadimplência.
--	--	--	--	--	--	--	--	--	---